

PORTARIA Nº.027/2020/ADM

O Presidente do Conselho Regional de Economia da 9ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e a Lei nº. 1.411 de agosto de 1951 e suas alterações pelo Decreto nº. 31.794/52:

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que sejam observados, conforme a Lei nº 12.813/2013 as situações internas dentro dos setores da administração deste regional para que, quando ocorrer conflitos de interesses, sejam combatidos prevalecendo o interesse público.

Art. 2º - Dar ciência da legislação aos empregados, e observar quando nas situações de ocorrência de acumulação de cargos remunerados por empregado público desta Unidade, não haja conflito com o cargo exercido, tendo o mesmo que optar, para que não haja prejuízo no desempenho da função pública.

Art. 3º - Fazer acompanhamento constante das informações e dados internos que são repassados, para que sejam resguardadas as informações privilegiadas ou sigilosas, que venham influenciar financeiramente na Instituição.

Art. 4º - Sempre resguardar os princípios da impessoalidade e da moralidade na Administração pública. O agente público não pode interferir de forma a beneficiar qualquer pessoa física ou jurídica nos atos públicos.

Art. 5º - O empregado público estará passível de penalidades, multas, ressarcimento de danos ao erário público e em faltas graves, demissão de acordo com a legislação pertinente (parágrafo único, art. 12, Lei nº 12.813/13).

Art. 6º - A prevenção da ocorrência de conflitos internos sempre será o melhor caminho a seguir, para a boa prática de gestão.

Parágrafo único - As demais recomendações encontram-se na legislação pertinente (Lei nº 12813/13).

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

Belém, 16 de dezembro de 2020.



Econ. Roberto Carlos Quintela de Alcantara
PPRESIDENTE